



**Guia de Planejamento
de Emergência para Pais
com Situação Imigratória
Incerta**

Sumário

Introdução.....	1
Autorização de Cuidador.....	2
Autorização de Agente Temporário.....	3
Tutela de menor	4
Comparação lado a lado das opções de tutela e cuidados.....	6
Como um arranjo de tutela pode afetar o acesso da criança a benefícios	8
Lista de Documentos a Serem Disponibilizados.....	10
Recursos.....	11
Observações.....	12

Introdução

Pais com uma situação imigratória incerta podem estar preocupados com os cuidados e a tutela de seus filhos no evento de detenção ou deportação súbita pelos agentes federais da imigração. A seguir encontram-se as opções legais que um pai ou mãe pode querer considerar para uma criança que permaneceria nos Estados Unidos no caso de seus pais serem detidos ou deportados.

Decidir se uma dessas opções é a escolha correta para determinada família dependerá das circunstâncias da família. Por exemplo, se uma pai ou mãe prever que ficarão separados de uma criança somente por um curto prazo, a autorização de cuidador ou agente temporário pode ser a opção mais lógica. Mas, se a separação for possivelmente de longo prazo, ou houver a possibilidade do cuidador levar a criança para morar em outro estado, as proteções jurídicas adicionais de uma tutela podem ser preferíveis. Cada uma dessas opções é discutida em maiores detalhes abaixo.

Para cada opção, os pais podem querer preparar os formulários necessários antecipadamente, para que o pai, a mãe, a criança e a pessoa que cuidará da criança estejam prontos, em caso de necessidade.

Autorização de Cuidador

Quem é o cuidador?

O cuidador pode tomar decisões médicas e educacionais pela criança em nome de seus pais, mas, não tem autoridade integral para atuar como pai ou mãe. O pai e a mãe não abrem mão da tutela ou de seus direitos como pais. Em outras palavras, o pai ou a mãe tem a palavra final com relação à criança. Uma autorização de cuidador tem validade de dois anos e deve ser renovada depois deste prazo.

Qual é o processo para a autorização de um cuidador?

- 1) **Declaração de Autorização de Cuidador:** O pai ou a mãe deve preencher a primeira página do formulário da Declaração de Autorização de Cuidador e assiná-la na presença de duas testemunhas (além do cuidador) e de um notário (geralmente disponível em bancos). As testemunhas, o cuidador e o notário também precisam assinar o formulário.
- 2) **Entrega da Declaração:** O cuidador deve enviar uma cópia da Declaração preenchida para a escola e para o pessoal médico (como médicos e dentistas) da criança, se e quando a criança estiver sob seus cuidados. O cuidador deve ficar com o original da Declaração e o pai ou mãe deve ficar com uma cópia.
- 3) **Cancelamento:** Para cancelar a Declaração, o pai ou mãe deve enviar ao cuidador uma carta assinada e datada cancelando a autorização do cuidador. Os pais e o cuidador devem encaminhar a carta para a escola e para o pessoal médico.
- 4) **Renovação/Modificação:** A autorização do cuidador tem validade de dois anos, após os quais o pai ou mãe e o cuidador devem preencher uma nova autorização. A autorização do cuidador também pode ser modificada a qualquer momento por meio do preenchimento de uma nova autorização.

Formulário de Declaração de Autorização de Cuidador:

<http://www.masslegalhelp.org/immigration/caregiver-authorization-w-alternate.docx>

Referência Jurídica: M.G.L. Ch. 201F

Autorização de Agente Temporário

Quem é o agente temporário?

Agentes temporários são semelhantes aos cuidadores, mas têm maior autoridade sobre a criança, por um período de tempo mais curto. Um agente temporário pode agir como um dos pais de quase todas as maneiras, entretanto, não pode consentir com casamento ou adoção. O pai ou a mãe também pode restringir a autoridade do agente. Esta autorização tem a validade de 60 dias e deve ser renovada após esse prazo.

Qual é o processo para a autorização de um agente temporário?

O processo é quase idêntico ao processo de autorização do cuidador, mas, o pai ou a mãe também precisa do consentimento do outro cônjuge, se tal cônjuge puder estar disposto(a) e for capaz de cuidar da criança, e seu paradeiro for conhecido.

Exemplo de um formulário de autorização de agente temporário

<http://www.masslegalhelp.org/immigration/temporary-agent-affidavit-w-alternate-agent.docx>

Referência Jurídica: M.G.L. Ch. 190B Article V §§ 5-103

Tutela de menor

Quem é o tutor?

Tutores são indicados por um tribunal para tomar todas as decisões legais pela criança, da mesma maneira que seus pais o fariam. Um tutor normalmente tem a tutela física e jurídica da criança; assim, os pais não podem mais tomar decisões pela criança, a não ser que a tutela termine. A tutela pode ser temporária (com duração de 90 dias) ou permanente (com duração até a criança fazer 18 anos ou por outro período de tempo determinado pelo tribunal), embora o tribunal sempre possa encerrar a tutela, se determinar que isso atende aos melhores interesses da criança.

Qual é o processo para a indicação de um tutor?

A Vara de Família e Sucessões (Probate and Family Court) pode designar um tutor em diversas circunstâncias, incluindo se todos os pais vivos consentirem na tutela ou se o tribunal julgar que o pai ou a mãe é incompetente ou não está disponível para exercer a custódia. Qualquer pessoa pode solicitar ao tribunal que designe um tutor, incluindo o pai, mãe, o tutor pretendido ou a criança. O tribunal realizará uma audiência para determinar se o tutor deverá ser designado.

Consentimento antecipado:

Para estabelecer o consentimento de uma tutela, todos os cônjuges devem preparar um Termo de Renúncia e Consentimento de Pedido de Tutela Notarizado, fazer com que seja notarizado e entregá-lo à pessoa que desejam que seja o guardião. Em seguida, se e quando a tutela for necessária, um tutor pretendido poderá averbar esse formulário, juntamente com um Pedido de Designação de Tutor junto à Vara de Família e Sucessões (Probate and Family Court).

Se o pai ou a mãe já não estiver disponível:

Se o pai ou a mãe não for capaz de preparar o formulário de consentimento antes da detenção ou deportação, o tutor pretendido (ou outro indivíduo interessado) poderá averbar um Pedido de Designação de Tutor indicando que o pai ou a mãe não está disponível.

Tutela temporária:

O requerente também pode averbar um Embargo para Designação de Tutor Temporário. Uma tutela temporária acelerada (com duração de até 90 dias) pode ser apropriada para garantir estabilidade para a criança, quanto uma tutela permanente é estabelecida.

Se a criança tiver 14 anos ou mais:

Se a criança tiver, pelo menos, 14 anos de idade, o tribunal, geralmente, respeitará seus desejos quanto a quem deverá ser designado como tutor. Uma criança que tiver, pelo menos, 14 anos de idade deverá indicar um tutor com o Consentimento ou Nomeação Notarizado e Verificado pelo Menor para averbar o Pedido de Designação de Tutor. O pai ou a mãe pode desejar ter uma conversa franca com a criança sobre isto, para que a criança esteja preparada para indicar um tutor, ou pode preparar o documento com antecedência.

Cancelamento da tutela:

Para cancelar uma tutela, o pai, a mãe (ou outra pessoa) deverá voltar ao tribunal para averbar um Pedido para Remoção de um Tutor de um Menor ou o tutor poderá averbar um Pedido para Renunciar à Tutela de um Menor.

Formulários

<http://www.mass.gov/courts/forms/pfc/pfc-upc-forms-generic.html#2>

Referência Jurídica:

M.G.L. Ch. 190B Article V §§ 5-204, 5-206 and 5-207

Comparação lado a lado das opções de tutela e cuidados

	Autorização de Cuidador	Autorização de Cuidador Temporária
Autoridade do cuidador	Limitada: somente decisões médicas e educacionais pela criança	Mais ampla: a mesma que a mãe, exceto pela capacidade de consentimento para a adoção (pode ser restringida mais)
Autoridade do pai ou da mãe	Retém os direitos dos pais e a tutela jurídica (toma a decisão final)	Retém os direitos dos pais e a tutela jurídica (toma a decisão final)
Duração	2 anos (renovável)	60 dias (renovável)
Envolvimento do tribunal	<ul style="list-style-type: none"> Sem envolvimento do tribunal Os pai ou a mãe toma as decisões sobre quem será o cuidador O pai ou a mãe pode modificar/cancelar quando desejar 	<ul style="list-style-type: none"> Sem envolvimento do tribunal Os pai ou a mãe toma as decisões sobre quem será o cuidador O pai ou a mãe pode modificar/cancelar quando desejar
Envolvimento do outro cônjuge	Não requer o consentimento do outro cônjuge	Requer o consentimento do outro cônjuge e for capaz de cuidar da criança e seu paradeiro for conhecido
Processo	<ol style="list-style-type: none"> Preencha a Declaração de Autorização de Cuidador Verifique se o cuidador tem o documento original para usá-lo quando necessário 	<ol style="list-style-type: none"> Preencha a Declaração de Autorização de Cuidador Temporário Receba o consentimento do pai ou da mãe que designando o cuidador (quando aplicável) Verifique se o agente tem o documento original para usá-lo quando necessário

e Agente ário	Tutela
do pai ou da cidade de dar asamento ou ringida ainda	Ainda mais ampla: a mesma do pai ou da mãe legal
pais e a tutela o final)	Nenhuma, depois que a tutela for confirmada, a não ser que seja limitada ou a tutela seja reassumida através do tribunal
	Tutela permanente: Pelo período em que o tutor for designado pelo tribunal (pode ser até o aniversário de 18 anos do menor) Tutela temporária: Até 90 dias (renovável)
o do tribunal oma as em será o ode modificar/ desejar	<ul style="list-style-type: none"> • Com envolvimento do tribunal • O tribunal toma decisões sobre quem será o cuidador (mas normalmente respeita os desejos do pai ou da mãe que está dando seu consentimento) • O tribunal deve aprovar as modificações ou o cancelamento • A criança tem direito a um advogado indicado pelo tribunal (depois da petição ser averbada) • O pai ou a mãe tem direito a um advogado indicado pelo tribunal (depois da petição ser averbada)
nto do outro tar disposto(a) da criança, e hecido	Requer o consentimento do segundo cônjuge ou a determinação de que o pai ou a mãe é incompetente ou não está disponível
ração de o imento do e não esteja dador (se nte tem o al para usá-lo o	<ul style="list-style-type: none"> • O pai, a mãe ou ambos preenchem e notarizam o formulário de renúncia e consentimento antecipadamente; se a criança tiver, pelo menos, 14 anos de idade, ela deve preencher um formulário de nomeação e consentimento notarizado e verificado • Quando você desejar tornar a tutela oficial, o tutor pretendido (ou outra pessoa) fará a petição para que o tribunal indique um tutor <p>OSWA</p> <ul style="list-style-type: none"> • Se os formulários não puderem ser preenchidos em tempo, o tutor pretendido (ou outra pessoa) pode fazer uma petição indicando que os pais não se encontram disponíveis

Como um arranjo de tutela pode afetar o acesso da criança a benefícios

Ao refletir sobre **quem** deve cuidar de uma criança e **que tipo** de arranjo de provisão de cuidados seria melhor se um pai ou mãe se tornar indisponível, os benefícios a que uma criança é ou pode vir a ser elegível podem ser relevantes; diferentes tipos de cuidadores estão legalmente autorizados a receber diferentes tipos de benefícios.

Benefícios da Social Security (Seguridade Social) incluindo Benefícios de Sobrevivente e Renda de Seguridade Suplementar (SSI))

- O cuidador deve ser selecionado como um Beneficiário Representante para receber benefícios pela criança
 - A critério da Administração de Seguridade Social
 - Os pais ou tutores terão prioridade (mesmo que não tenham a custódia) sobre outros cuidadores
 - Pessoas com certos tipos de antecedentes criminais não podem ser Beneficiários Representantes

Ajuda transicional para famílias com crianças dependentes (TAFDC)

- Para ser elegível, a criança deve morar com um parente (cosanguíneo, por matrimônio ou adoção)

Ajuda Emergencial para Idosos, Deficientes e Crianças (EAEDC)

- Para ser elegível, a criança deve morar com alguém que não seja um parente (e, portanto, seja inelegível para a TAFDC)
- O cuidador deve ter custódia jurídica ou tutela, a menos que a obtenção de uma tutela ou custódia viesse a colocar o cuidador ou a criança “em risco de severo dano ou incapacidade emocional”

Programa de Assistência Nutricional Suplementar (SNAP)

- Os benefícios são determinados por quem mora na residência
- Uma criança menor é considerada, na mesma residência, como um não-pai ou não-mãe que mora com a criança e lhe proporciona suporte financeiro e/ou supervisão

Vales para creche e educação de crianças (EEC)

- Um pai, mãe ou qualquer cuidador que morar com, supervisionar e cuidar de uma criança cujos pais não morarem na residência poderá receber vales de creche para os quais a família seja elegível.

Lista de Documentos a Serem Disponibilizados

Dependendo do plano para uma criança específica, o pai ou a mãe pode desejar certificar-se de que documentos essenciais para o cuidado e a tutela da criança encontrem-se em um único local e estejam disponíveis para a criança e para o cuidador pretendido da criança, se e quando tais documentos forem necessários. Os documentos a serem considerados incluem:

- [Autorização de Cuidador](#); ou
 - [Autorização de Agente Temporário](#); ou
 - [Documentos de Tutela](#), incluindo:
 - [Renúncia e Consentimento de Pedido de Tutela Notarizados](#)
 - [Consentimento ou Nomeação Notarizada e Verificada pelo Menor](#) (se a criança tiver 14 anos ou mais)
-
- Passaporte
 - Certidão de Nascimento
 - Cartão do Social Security (Seguridade Social) ou Número de Identificação de Contribuinte individual (TIN)
 - Documentos da imigração
 - Documentos relacionados à tutela da criança
 - Informações sobre contas financeiras
 - Registro de imóveis ou propriedade pessoal
 - Registros relacionados a programas de benefícios estaduais ou federais (incluindo Social Security, TAFDC, EAEDC, SNAP e EEC)
 - Apólices de seguros (incluindo seguro de saúde e seguro de vida)
 - Registros médicos
 - Registros escolares
 - Informações de contatos importantes (incluindo escola, médico e familiares)

Recursos

A seguir, encontram-se os recursos que os pais podem considerar úteis ao pensarem sobre os métodos para providenciar cuidados para as crianças em face da possibilidade de detenção ou deportação.

Informações Gerais

- Guia de assistência jurídica de Massachussets para fazer planos para a possibilidade de uma emergência de família:
<http://www.masslegalhelp.org/immigration/family-emergency>
- Guias jurídicos para parentes cuidadores com uma lista de recursos úteis dependendo do local de residência em Massachusetts:
<http://www.mass.gov/courts/selfhelp/guardians/guide-relative-caregivers.html>
- Kit de ferramentas de 2014 intitulado Detained or Deported: What about my children? (Detido or Deportado: e os meus filhos?) pela Comissão de Mulheres em prol dos Refugiados:
<https://www.womensrefugeecommission.org/rights/resources/1022-detained-or-deported-parental-toolkit-english-interactive>

Assistência Jurídica

- Lista de recursos de assistência jurídica que podem estar disponíveis por meio da Vara de Família e Sucessões:
<http://www.mass.gov/courts/selfhelp/guardians/guardianship-help.html>
- Informações sobre acesso a um advogado indicado pelo tribunal na qualidade de pai ou mãe em um caso de tutela (no caso do pai ou da mãe decidir buscar a tutela da criança antes da deportação):
<http://www.masslegalhelp.org/children-and-families/guardianship/parents-right-to-lawyer>



**Office of Attorney General
Andrea Joy Campbell**

One Ashburton Place Boston,

MA 02108

(617) 727-8400